

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zeio Hora

Class.: 1361

Data: 13/04/90

Pg.: _____

OAB estuda recurso ao STF contra acordo com garimpo

□ A OAB e entidades que condenam até mesmo a proximidade do garimpo com os índios decidem ir ao Supremo. Na selva, a operação continua

Um recurso ao Supremo Tribunal Federal para anular acordo existente ou futuro entre o Governo Federal e os garimpeiros que ocupam áreas dos índios ianomânis no território federal de Roraima já está sendo estudada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com base em proposta da Ação pela Cidadania, uma frente de organizações da sociedade civil que inclui a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a CUT e a CGL, a própria OAB e parlamentares de vários partidos.

Essas entidades são contra a transferência dos garimpeiros para áreas de Florestas Nacionais próximas à reserva dos índios ianomânis.

Outra medida em estudo é um pedido de afastamento do governador de Roraima, Romero Jucá, acusado por essa frente de ter "ferido a ordem jurídica" ao participar do acordo com os garimpeiros. Essas medidas foram anunciadas na

madrugada de ontem, em São Paulo, em encontro do presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, com outras autoridades.

REMOÇÃO CONTINUA — O governador de Roraima, Romero Jucá, disse ter recebido ontem telefonema do ministro Saulo Ramos, garantindo que os entendimentos para o remanejamento dos garimpeiros continuam de pé. Segundo Jucá, mesmo com a interpelação judicial feita ao delegado Romeu Tuma, a remoção dos garimpeiros para a Floresta Nacional continuará.

"Não sei o que o delegado Tuma vai dizer ao juiz em Brasília, mas existe um documento assinado pelos que participaram do entendimento, que foi conduzido pela Polícia Federal e pelo governo de Roraima", afirmou Jucá.

Do documento ao qual Jucá se refere, não consta, no entanto, nem a assinatura de Tuma nem a do próprio governador. Ele foi produzido na presença dos dois, em Boa Vista, e rubricado por representantes dos garimpeiros e dos empresários de Roraima. Também estavam presentes representantes locais do Itama e da Funai. A declaração de Tuma, negando a existência do acordo, surpreendeu e irritou o governador.

TUMA RESPONDE — O diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tu-



Jucá: Existe um documento

ma, informou hoje que na próxima semana teria a resposta escrita, sua resposta à petição do procurador da República, Eugênio José Araújo, quanto à atuação da Polícia Federal na aplicação da limitação de justiça que determinou a retirada dos garimpeiros da reserva indígena ianomâni, em Roraima. O procurador da Justiça acusou o diretor da Polícia Federal de estar desobedecendo a ordem judicial, negociando um acordo para assentamento de garimpeiros em terras ianomâni. O delegado Romeu Tuma afirmou que

existem apenas conversas ao sentido de tentar resolver de vez os problemas dos garimpeiros, criando condições para que eles não precisem mais retornar às terras indígenas.

USO DA FORÇA — Tuma afirmou (também que tudo fará para cumprir a limitação da Justiça, sem trauma, mas acrescentou que "se for preciso a utilização da força, isto será feito sem vacilações." Declarou ainda esperar que, no caso de qualquer acontecimento mais grave, na atuação da Polícia Federal para aplicação da limitação da Justiça, o procurador esteja pronto para defendê-lo.

"Dar terra para garimpeiro" disse Tuma - é atribuição do presidente da República. Se eu fizer isso, ele me demite. Não fiz acordo nenhum e nem desrespeitei a Justiça. Se fizer isso eu vou para a cadeia", desabafou Tuma.

Na última argumentação que a Procuradoria da República tomou decisões sem conhecer a realidade da região. Garimpeiro não é lixo para ser jogado debaixo do tapete, nem pó para nem subtração para ser tentado assim". Ele defende soluções negociadas, dentro da lei, e sugere como primeiro passo que a limitação do juiz Novelty Vila Nova Silva Reis - que interditou a área - seja contestada junto ao Superior Tribunal de Justiça, instância competente para caçá-la.

João Alves é contra proximidade

O ministro do Interior, João Alves, telefonou ontem ao diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, para manifestar seu apoio às ações da PF em relação à retirada dos garimpeiros. Segundo João Alves, o diretor da PF, tem agido bem e não deveria ser ameaçado de prisão.

"Tanto a Polícia Federal, quanto a Funai, têm trabalhado na retirada dos garimpeiros. A lei diz que não pode

haver garimpo em área indígena e um país vive de cumprir as leis. Caso contrário, é o caos. Não existe outra alternativa", afirmou ele.

O ministro do Interior afirmou ainda que a presença dos garimpeiros em área indígena causa problemas de toda a ordem: prejudica a saúde dos índios, descaracteriza a cultura das tribos, polui os rios com mercúrio e devasta áreas de floresta. Na opinião de Alves, a função

do Estado no caso dos ianomânis é tentar preservar as características dessa nação indígena, uma das mais primitivas do País.

João Alves defendeu ainda a retirada dos garimpeiros de áreas próximas às atuais reservas ianomânis, já demarcadas. Para o ministro, não adianta deixar os garimpeiros no lado das aldeias porque isso também geraria problemas (AG)